



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**



Brasil no Século 21: Desafios para o Desenvolvimento de uma Cultura Nacional de Defesa.

LÉCIO AMARÍLIO

NITERÓI-RJ

Outubro/2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TURMA CIASC 2023**



Brasil no Século 21: Desafios para o Desenvolvimento de uma Cultura Nacional de Defesa.

Autor: Lécio Amarílio

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito para obtenção do título de Especialista em Estudos Estratégicos.

Orientador: Prof. Dr. Thomas Ferdinand Heye

NITERÓI-RJ

Outubro/2023

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	5
1 A GUERRA E A FORMAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL.....	9
1.1 Breve contexto Histórico.....	9
2 O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE DEFESA NO BRASIL...18	
2.1 Formação do Estado Brasileiro.....	18
2.2 Participação Militar na Política Externa.....	21
3 O ANTIBELICISMO DO PÓS-GUERRA FRIA AOS DIAS ATUAIS... 25	
3.1 O Fim da História ou Período de Incertezas.....	25
4 A PROMOÇÃO DA CULTURA DE DEFESA.....	31
4.1 Um constante debate conceitual.....	31
4.2 Mudança nos rumos da Política Nacional de Defesa.....	33
4.3 Ações para a Promoção da Cultura de Defesa.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6 BIBLIOGRAFIA	44

RESUMO

Brasil no Século 21: Desafios para o Desenvolvimento de uma Cultura Nacional de Defesa.

Este trabalho tem por objetivo realizar uma reflexão histórica sobre os aspectos inerentes a construção da atual visão da sociedade brasileira em relação à Defesa. O objeto de análise são os principais fatores históricos que influenciam na construção da Cultura de Defesa e levaram boa parte da sociedade brasileira a entender a Defesa como um papel estritamente militar. Tal percepção pode ser explicada por diversos fatores como o processo de formação do Estado brasileiro, a participação somente dos militares e das elites nos momentos decisivos na História do Brasil e o sentimento antibelicista do Pós-Guerra Fria. Como resultado da análise realizada, pretende-se apontar possíveis caminhos para o desenvolvimento de uma Cultura de Defesa e contribuir desta forma para o debate acerca do tema.

Palavras-chave: Defesa; Cultura de Defesa; Cultura Nacional de Defesa.

Niterói – RJ
Outubro/2023

ABSTRACT

Brazil of the 21st Century: Challenges for the Development of a National Defense Culture.

This work aims to carry out a historical reflection on the aspects inherent to the construction of the current vision of Brazilian society in relation to Defense. The object of analysis are the main historical factors that influence the construction of Defense Culture and led a large part of Brazilian society to understand Defense as a strictly military role. This perception can be explained by several factors such as the process of formation of the Brazilian State, the participation of only the military and elites in key moments in the History of Brazil and the anti-war sentiment of the Post-Cold War world. As a result of the analysis carried out, the object is to point out possible paths for the development of a Defense Culture and thus contribute to the debate on the topic.

Keywords: Defense; Defense Culture; National Defense Culture.

Niterói – RJ

Outubro/2023

INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como objetivo analisar a Cultura Nacional de Defesa no Brasil a partir da década de 1990 até 2022, apresentando os principais desafios impostos historicamente ao País bem como propostas para contribuir com a agenda de pesquisas que procura democratizar o debate junto à sociedade sobre a relevância da Defesa Nacional, procurando ir além de alguns poucos especialistas civis e militares.

Embora diversos autores tenham definido o termo Cultura de diferentes perspectivas, Edward Burnett Tylor em sua obra *Primitive Culture*, de 1871, definiu de maneira bastante abrangente este conceito:

“[...]todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.” (Tylor, 1871)

Para o antropólogo brasileiro Roque de Barros Laraia, a definição de cultura já atribui ao indivíduo uma necessidade como requisito para a vida em sociedade:

“Cultura seria tudo aquilo que alguém tem que conhecer ou acreditar para operar conscientemente e de maneira coerente no contexto de sua sociedade.” (Laraia, 1984, p.62)

O conceito de Cultura de Defesa, passou a ser empregado recentemente, mas, apesar de não possuir uma única definição, assim como o próprio conceito de cultura, tem o objetivo de canalizar esforços para que a Defesa passe a ser vista pela sociedade como um tema importante e de relevante papel no desenvolvimento do País.

Ao explorar o tema, podem-se compreender alguns motivos pelos quais boa parte dos cidadãos não percebe a Defesa como uma Política Pública essencial para a manutenção do Estado. Normalmente, as maiores preocupações da sociedade durante os processos eleitorais e nos debates sobre quais políticas públicas devem ser priorizadas, raramente a Defesa é mencionada.

Esse afastamento da sociedade com este tema pode ser, em boa parte, atribuído a diversos episódios que ocorreram desde a formação do Estado brasileiro. A participação somente das elites e de militares dos principais momentos históricos, de

certa forma, excluíram a participação popular. Este distanciamento impacta a Política de Defesa até os dias hoje dificultando o debate e, por conseguinte, a elaboração de uma Estratégia de Defesa eficiente e que conte com a participação de toda a população.

A escolha do tema justifica-se, primeiramente, no enquadramento no campo de debate dos Estudos Estratégicos bem como no campo de interesse do Corpo de Fuzileiros Navais. Além disso, este tema é de fundamental importância para que a sociedade brasileira tenha um olhar mais atento para a Defesa, tanto pelos motivos históricos como pelo fato do País se encontrar como um dos principais atores, do atual Sistema Internacional, no centro do debate sobre Segurança Energética, Segurança Alimentar e Meio Ambiente. Em que pese a necessidade de priorização de recursos para diversos desafios, a Defesa não pode ser negligenciada uma vez que as demais potências globais, cada vez mais, aumentam sua capacidade militar.

Para atingir o objetivo deste trabalho, a metodologia aplicada foi uma abordagem de investigação de cunho qualitativo, com pesquisas documental e bibliográfica como técnicas exploratórias buscando o raciocínio dedutivo. A coleta de dados, foi realizada por intermédio de bibliografia que abrange um espaço temporal da Antiguidade até os dias atuais.

No primeiro capítulo, é apresentado um breve contexto histórico como a relação entre alguns conflitos ocorridos na antiguidade e o processo de formação dos Estados modernos. Além disso, demonstra a construção do Sistema Internacional e como suas alterações podem impactar o Brasil atualmente.

No segundo, são apresentadas as diferenças do processo de formação dos Estados da América Latina após a perda da capacidade da metrópole em garantir todo o território conquistado quando, simultaneamente, esses países deixaram a condição de colônia passando a ter liberdade político-comercial proporcionado pela independência e tornam-se repúblicas. No caso do Brasil, algo inédito ocorreu na História – a transformação da colônia em metrópole com a transmigração da família real portuguesa em 1808. Todos esses fatores impactaram consideravelmente a construção da atual Mentalidade de Defesa brasileira.

O terceiro capítulo apresenta a criação de um sentimento antibelicista no período Pós Guerra-Fria. A despeito das previsões de Huntington que acreditada num momento de grandes incertezas, Fukuyama apresentava um outro cenário onde, após um grande acirramento das tensões entre Estados Unidos e a União das Repúblicas

Socialistas Soviéticas e a vitória dos americanos, o mundo passaria por um período de paz. Apesar desta afirmativa, desde a queda do muro de Berlim até os dias de hoje, poucos foram os momentos que diversas potências globais não estiveram envolvidas direta ou indiretamente em conflitos bélicos.

No quarto capítulo é apresentada a importância da Promoção da Cultura Nacional de Defesa a fim de ampliar a participação da sociedade, para que este tema esteja presente no debate junto a outras políticas públicas. Após a consolidação dessa Cultura, haverá uma melhor definição dos papéis de Civis e Militares, valorização dos mesmos e maior velocidade nos processos decisórios no nível político ampliando, assim, a capacidade de Defesa do País acompanhando a política das demais potências globais.

1 A GUERRA E A FORMAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL

1.1 Breve contexto Histórico

A História apresenta uma infinidade de exemplos de dilemas de segurança impostos a um determinado grupo ou sociedade, sejam por disputas internas por interesses individuais, sejam por disputas ou ameaças externas. No segundo caso, ao longo do tempo, prevaleceram as medidas que garantissem a sobrevivência diante das ações de um adversário. A segurança sempre foi um fator primordial tanto para o indivíduo como para o grupo.

Neste contexto, a forma como se organizam esses agrupamentos humanos é um fator fundamental para a melhor discussão de ideias e esforços na busca pela segurança e a prosperidade. Estes dois objetivos podem ser considerados a razão da política que orienta todas as decisões da coletividade.

O escritor João Ubaldo Ribeiro¹, busca a melhor definição do conceito de Política caracterizando-a, sobre diversos aspectos, como processo, profissão, ciência e arte. Desde o mais simples processo que transforma interesses em objetivos e estes se tornam base para a tomada de decisões, até como arte por requerer um talento especial de quem a pratica.

“A política fica então vista como o estudo e a prática da canalização de interesses, com a finalidade de conseguir decisões. ...Nenhum homem pode assumir sua humanidade fora de uma estrutura social, ainda que mínima. E nenhuma estrutura social pode existir sem alguma forma de processo político.” (Ribeiro, 1998, p. 9)

Para que um determinado grupo politicamente organizado garanta seus interesses surge a necessidade de uma maior capacidade de persuasão e dissuasão diante de outros grupos que possam constituir uma ameaça. Essa capacidade de impor sua vontade sobre os demais, também denominada Poder, passa a ser empregada tanto para evitar um conflito como para vencê-lo se este for inevitável.

O estrategista ateniense Tucídides, durante a Guerra do Peloponeso (431 a 404 a.C), considerou como fator preponderante para o início do conflito o crescimento do poder ateniense e o temor que causou a Esparta (Freedman, 1994, p. 5). Em sua obra “História

¹ Em Política: Quem manda, por que manda e como manda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

da Guerra do Peloponeso”, apresenta a guerra como um resultado inevitável da competição que causa um desbalanceamento no equilíbrio do poder entre os Estados. Este desequilíbrio de poder entre Estados, conhecido como “Armadilha de Tucídides”, faz parte das análises no campo das Relações Internacionais até os dias de hoje sempre que as ações de uma determinada nação passam a ameaçar os interesses ou até a soberania de outra.

Para o autor, as disputas entre os países são motivadas por interesses materiais, como o poder, a riqueza e o território, e a guerra é vista como uma forma legítima de alcançar esses objetivos. Honra, medo, interesse, todos estes sentimentos, intrínsecos à natureza humana, foram definidos como os principais fatores geradores dos conflitos entre Espartanos e Atenienses.

Além disso, Tucídides apresentou um claro exemplo de como a diferença de Poder entre grupos pode definir, inclusive, a sobrevivência de uma sociedade. No episódio conhecido como O Diálogo dos Mélios, Atenas enviou emissários a fim de convencer seus representantes a se unir a eles na guerra contra Esparta. Diante do ultimato ateniense, os mélios enfrentaram o dilema de não concordar e iniciar uma guerra contra Atenas ou aceitar e tornarem-se servos. Os representantes não aceitaram tal imposição e foram dizimados pelas forças atenienses.

“[...] , pois deveis saber tanto quanto nós que o justo, nas discussões entre os homens, só prevalece quando os interesses de ambos os lados são compatíveis, e que os fortes exercem o poder e que os fracos e submetem.”
(Tucídides, 1987, p. 348)

Figura 1 Mar Egeu em 416 a.C



Fonte: Wikipedia

Outro exemplo de Poder na Antiguidade foi o expansionismo romano. Empregando exércitos permanentes formados pelas Legiões Romanas e uma esquadra que dominou o Mediterrâneo, conquistaram boa parte do continente europeu e o norte da África mantendo por séculos a hegemonia desta região.

Em sua obra O Espírito das Leis (1748), o político, filósofo e escritor, Charles-Louis de Secondat, o barão Montesquieu, destaca um dos episódios mais importantes durante as Guerra Púnicas (264 a 146 a.C). Na disputa pela hegemonia marítima no mediterrâneo, romanos e cartagineses travaram diversas batalhas até a aniquilação da esquadra púnica, último obstáculo ao domínio romano.

“Como poderia Cartago ter-se mantido? Quando Aníbal, que se tornara pretor, quis impedir os magistrados de pilhar a república, não foram eles acusá-lo perante os romanos? Infelizes eles, que queriam ser cidadãos sem que houvesse cidade, e manter suas riquezas pelas mãos de seus destruidores! Logo Roma lhes exigiu como reféns trezentos de seus cidadãos mais importantes; fez com que lhe fossem entregues as armas e os navios e, em seguida, declarou-lhes guerra. Pelas coisas que o desespero produziu na Cartago desarmada, pode-se avaliar o que ela poderia ter feito com sua virtude, quando tinha suas forças.” (Weffort, 2011, p. 107)

Figura 2- Império Romano de 27 a 476 a.C



Fonte – <https://www.todamateria.com.br/imperio-romano/>

Com a vitória romana sobre Cartago, estabeleceu-se o termo “*Mare Nostrum*” que consistia no domínio completo do Mediterrâneo que passou a ser controlado por Roma por séculos possibilitando, assim, a expansão do Império nos continentes europeu, africano e asiático.

Após a queda de Roma Ocidental em 476, houve uma reorganização da população europeia. Mais uma vez os pequenos agrupamentos tornaram-se predominantes tomando o lugar da grande infraestrutura, burocracia e dominação de um Sistema Imperial.

Durante a Idade Média, os pequenos feudos expandiram suas populações, cresceram economicamente e, naturalmente, buscavam cada vez mais a segurança coletiva. Apesar do desenvolvimento e surgimento de Reinados, permanecia a necessidade de defesa dos agrupamentos humanos. Era comum que, diante de invasões, a última linha de defesa fosse as muralhas dos castelos.

A partir do século XVII, os modelos de organização das sociedades começam a ganhar bastante espaço na Europa. Pensadores como Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes e John Locke elaboraram teorias que seriam consolidadas e estabeleceriam a melhor forma de organização dos reinados – o Estado Moderno. Conceitos como soberania, autonomia, a necessidade da manutenção de exércitos regulares e instituições que garantissem a defesa do território e de seus habitantes surgiram e passaram a ser discutidos com maior interesse, principalmente por reis e pela nova classe social emergente com a crise do sistema econômico feudal – a burguesia.

O filósofo florentino Nicolau Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, publicada em 1532, desenvolveu um verdadeiro manual para que um soberano pudesse não somente manter o seu reino como também, defender seus interesses diante de diversas ameaças sejam elas internas ou externas. O autor apresenta diversos conceitos como a *virtu* – a capacidade de exercer a função; a *fortuna* - como fator fora do controle do soberano; boas armas e boas leis que contribuíssem muito para que, a partir de então, este soberano pudesse buscar a estabilidade e manutenção de seu reino.

Para Maquiavel, as boas armas têm mais relevância que boas leis, pois consistem na condição primordial para a existência do principado e manutenção do poder do Príncipe. Assim, para se construir um Estado forte, o soberano não pode prescindir da manutenção de um exército permanente que substitua o emprego de forças mercenárias

que apesar de comum na Florença daquele período histórico, sempre trazia dúvidas ao soberano quanto à sua lealdade.

“Dissemos, já antes, que a um príncipe é necessário ter sólidos alicerces, porque, senão, fatalmente ruirá. Os principais alicerces de qualquer Estado, seja ele novo, velho ou misto, consistem nas boas leis e nos bons exércitos. E como não pode haver boas leis onde não há bons exércitos, e onde há bons exércitos é forçoso haver boas leis, eu deixarei de lado o assunto relativo às leis para falar dos exércitos.” (Weffort, 2011, p. 29)

Em 1651, o filósofo inglês Thomas Hobbes lança sua obra mais importante – O Leviatã. O autor caracteriza o Estado como grande monstro bíblico e o homem como um ser mau em seu estado de natureza: “O homem é lobo do homem.” Nesta relação conflituosa, Hobbes entende que o Estado deve ter o total controle total para que o homem deixe a guerra de todos contra todos em busca da sua própria segurança e de seu território.

Diferentemente de Maquiavel, não apresenta somente elementos para que o soberano mantenha Estado, o autor afirma que a manutenção do Estado é única forma para que os indivíduos deixem seu estado de natureza (violento) e que esta manutenção só pode ocorrer por meio de um contrato social entre o indivíduo e o Estado. Neste sentido, o contrato é a peça fundamental onde o indivíduo se submete ao Estado e abre mão de sua total liberdade para que este o proteja da violência.

“Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. É nele que consiste a essência do Estado, a qual pode ser assim definida: Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum.

Aquele que é portador dessa pessoa se chama soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os restantes são súditos.” (Weffort, 2011, p. 29)

A Guerra dos Trinta anos (1618-1648), conflito entre os principados germânicos e o Império Austro-Húngaro que sofreu forte influência francesa a fim de evitar a unificação desses territórios, trouxe para o contexto das relações entre países um grande

exemplo estadista. O Cardeal Richelieu, responsável pelo destino da política da França, apesar de católico, decidiu apoiar, inclusive militarmente, os principados protestantes contra os austríacos. Era a Razão de Estado propriamente dita colocando uma balança favorável aos benefícios em detrimento dos custos a despeito dos interesses da Igreja. A conduta francesa, baseada na razão e no pragmatismo político, influenciou a forma como deveriam agir os estadistas a partir de então.

“O talento de mediador que o jovem clérigo exerceu entre os dois rivais da realeza lhe rendeu uma recomendação para que Roma lhe concedesse o chapéu de cardeal; quando este lhe foi conferido, ele se tornou o integrante do conselho privado do rei com o mais alto título. Conservando seu papel durante quase duas décadas, a “eminência vermelha” (assim chamada por causa da cor escarlate da veste exuberante de cardeal) acabou por se tornar o ministro-chefe da França, o poder por trás do trono, e o gênio que pilotou um novo conceito de administração centralizada e de política externa voltada à balança de poder.” (Kissinger, 2015, p. 25)

Com o fim da Guerra dos Trinta Anos foram assinados os tratados que se tornaram bases políticas e jurídicas para as Relações Internacionais (RI) até os dias de hoje. Conhecidos como a Paz de Vestfália, eles não somente decretaram o fim do conflito como também, estabeleceram o Sistema Internacional Moderno.

“A Paz vestfaliana refletiu uma acomodação de ordem prática à realidade, não um insight moral excepcional. Ela se baseava num sistema de Estados Independentes que renunciavam à interferência nos assuntos internos uns dos outros e limitavam as respectivas ambições por meio de um equilíbrio geral de poder.” (Kissinger, 2015, p. 13)

A concretização deste sistema só foi possível pois, uma vez assinados tais tratados, ficou claro que não havia mais um poder superior que pudesse interferir nas decisões dos Estados. A legitimidade religiosa foi substituída pela legitimidade da política, ou seja, do poder. Esta mudança estabeleceu nova dinâmica política na relação entre os países.

Cabe ressaltar, entretanto, que este novo Sistema Internacional caracteriza-se pela Anarquia e Equilíbrio de poder, uma vez que não há nenhum poder acima do Estado como a Igreja Católica, mas sim “...um conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações entre si e que são suscetíveis de entrarem em guerra geral.” (Aron, 1962, p. 62)

O sociólogo Max Weber, em sua obra *Economia e Sociedade*, destaca algumas características como fundamentais para a consolidação de um Estado Moderno como, além do povo, território certo e inalienável e soberania, a importância do monopólio legítimo do uso da força, burocracia. Neste contexto, o Estado é a instituição soberana e que detém o monopólio da força e da violência, mediante a legitimidade, para evitar que indivíduos exerçam a força e a violência irrestritamente.

“[...] deve-se conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. E, com efeito, é próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado a tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do "direito" à violência.” (Weber, p. 59, 1974)

A partir da Paz Vestfaliana, sob princípios do “*pacta sunt servanda*” (pactos devem ser respeitados), conceitos de soberania interna e autonomia externa foram chancelados por Tratados entre Estados para que estes possam se relacionar dentro de um conjunto de regras.

O jurista Arnaldo Rizzardo caracteriza estes princípios, hoje também conhecido como princípio da obrigatoriedade, como o irredutível o acordo de vontades, portanto, “os contratos devem ser cumpridos pela mesma razão que a lei deve ser obedecida.” (Rizzardo, 2013, p. 23)

Embora os conflitos constantes entre os países continuassem, ficou claro que a organização política estatal foi consolidada como a melhor forma de buscar os interesses individuais. Para o cientista político Hendrik Spruyt, ocorreu uma seleção natural pois a competição entre os diversos modelos organizacionais jurídicos, sociais e políticos, como Cidades-Estado ou Ligas de Cidades, se revelaram menos eficientes nos campos de batalha europeu, com o Estado Absolutista ou Moderno prevalecendo

definitivamente e até os dias atuais sobre as demais formas de organização política. (Oliveira, 2013, p. 7)

Para Spruyt, as razões econômicas foram as fundamentais para o resultado desta competição entre modelos. O autor aponta, ainda, três diferenças principais entre a organização política feudal e a organização do Estado soberano territorial: a lógica feudal carecia de uma hierarquia bem-definida; seu domínio territorial não garantia exclusividade; e seu controle era imperfeito. (Oliveira, 2013, p. 8)

Em sua obra *Coerção, Capital e Estados europeus* o sociólogo Charles Tilly faz uma análise sobre a formação dos Estados Nacionais sobretudo os primeiros Estados que se consolidaram no continente europeu. Para o autor, essa consolidação ocorreu através da convergência de duas principais vias intensivas: a de Coerção e o de Capital.

Para Tilly, a coerção está ligada a capacidade de dominação por meio das forças armadas ou forças equivalentes que permitam a aplicação da coerção e repressão. Já o capital, está ligado à exploração dos recursos produzidos pelos grupos dedicados a essa atividade. Assim, a coerção caracteriza o Estado, sendo este o organizador das forças de coerção mantidas pela exploração da sociedade que produz a riqueza.

Neste contexto, o modelo Estatal de organização político territorial destacou-se sobre os demais por ter maior capacidade de reunir forças militares nacionais a fim de defender seus interesses.

"Os Estados criaram exércitos e frotas avultados e recrutados cada vez mais entre as próprias populações nacionais, ao mesmo tempo em que os soberanos agregaram as forças armadas diretamente à estrutura administrativa do Estado." (Tilly, 1996, p. 79)

Portanto, a consolidação do Estado, como principal modelo de organização política em busca de seus interesses, ocorreu dentro do Sistema Internacional ao longo de séculos. A ascensão e queda de Impérios durante a Antiguidade e Idade Média deixou na História uma série de experiências para a manutenção de reinos seja pela política, seja pela coerção.

Influenciados por filósofos como Maquiavel, Hobbes, Locke, Webber e até filósofos e economistas como Adam Smith e Friedrich List, apesar de características distintas e até divergentes, estes soberanos empregaram um vasto arcabouço político,

econômico e jurídico de ideias que embasaram a criação de manutenção de exércitos para, de acordo com suas necessidades e pretensões, garantir a sobrevivência do Estado dentro do Sistema Internacional.

O Estado brasileiro, como ator deste sistema anárquico, assim como todos os outros países, participa da mudança da balança do poder direta ou indiretamente. Como um dos seus principais atores, no centro do atual debate sobre Segurança Energética, Segurança Alimentar e Meio Ambiente, não pode negligenciar seu setor de defesa. Além disso, como potência regional, o fortalecimento do Brasil em Defesa é peça chave para não gerar um desequilíbrio na América do Sul, principalmente em momentos de profundas alterações no ordenamento global.

2 O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA DE DEFESA NACIONAL

2.1 A Formação do Estado Brasileiro

Ao analisar historicamente o processo de formação do Estado Moderno, constata-se que, desde a sua origem, este processo está intrinsecamente ligado à guerra e, conseqüentemente, a criação dos exércitos permanentes a fim de garantir sua sobrevivência no Sistema Internacional. Após diversos conflitos entre os países europeus, verificou-se que o modelo estatal conjugava melhor a capacidade econômica de um território com sua capacidade de mobilização de tropas, tanto para sua defesa, quanto para sua expansão. Todavia, o modelo europeu não pode ser utilizado para analisar a formação dos Estados na América Latina.

As políticas externas de Portugal e Espanha negociaram por séculos a delimitação dos territórios de suas colônias. Ambos os impérios buscavam expandir suas possessões, estabelecer fronteiras claras e garantir estabilidade regional, mas tiveram que lidar com disputas territoriais domésticas, recursos limitados e pressões externas. Um exemplo destas questões pode ser verificado no Tratado de Madri, assinado em 1750, que representou um equilíbrio entre os interesses e limitações, buscando resolver conflitos e estabelecer uma base para as futuras relações comerciais na América do Sul.

Embora o Processo de Colonização do Brasil e da América Espanhola, até o século XIX, não ser tão diferente, ou seja, baseada no extrativismo, acúmulo de capital e principalmente na mão de obra escrava, o processo de formação do Estado Brasileiro possui características únicas que, influenciaram sua política externa desde seu nascimento e impacta até hoje suas Relações Internacionais, sobretudo, com os demais países da América do Sul.

Diferentemente da experiência das nações europeias, os países das Américas que foram colônias e tiveram um processo de formação do Estado com poucos conflitos interestatais, em que pese os conflitos do Prata e Cisplatina, os países da América espanhola proclamaram suas independências após disputas internas não havendo grande

número de disputas com territórios fronteiriços. O próprio delineamento dessas fronteiras já era um fator complicador.

Os países da América espanhola passaram por uma dupla ruptura. Após a perda da capacidade da metrópole em garantir todo o território conquistado, simultaneamente, esses países deixaram a condição de colônia passando a ter liberdade político-comercial proporcionado pela independência e tornam-se repúblicas.

No caso do Brasil, algo inédito ocorreu na História – a transformação da colônia em metrópole com a transmigração da família real portuguesa em 1808. Apesar do ineditismo, para a colônia, ao menos dois aspectos permaneceram inalterados: a manutenção da Monarquia e a utilização da mão de obra escrava.

Para Miguel Angel Centeno, os processos de Independência que não envolvem Guerras Estatais levam a um aumento do número de conflitos internos. As antigas colônias espanholas passaram por diversas disputas internas de poder deixando as rivalidades entre Estados em segundo plano pelo menos até a metade do século XIX.

O autor destaca, ainda, a Teoria da Dependência² que afirma que as sociedades de ex-colônias nunca se desenvolverão como Estados autônomos. Estes países sempre estarão atrelados à centralidade das relações econômicas externas, ao desenvolvimento atrofiado das elites nacionais, à grande influência das potências globais e à posição marginal destes Estados dentro de uma economia global. Também defende que estes Estados nunca serão imparciais, pois foram construídos à distância e devem constantemente olhar para atores externos para aprovação e apoio. Neste modelo, as suas economias não exigem o tipo de integração que o Estado weberiano pretende fornecer, suas elites tendem à dominação política uma vez que seus aliados externos são muito mais poderosos e confiáveis. O resultado é um Estado dependente, nunca cumprindo o seu próprio destino. (Centeno, 1957, p. 14)

Nicolau Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, publicada em 1532, descreveu a dificuldade que um Estado facilmente conquistado tem para manter sua soberania.

² A Teoria da Dependência, enquanto um corpo teórico, ao estabelecer uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, e dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial, busca “compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (Santos, 2000: 26).

“[...] os Estados rapidamente surgidos, como todas as outras coisas da natureza que nascem e crescem depressa, não podem ter raízes e as aderências necessárias para a sua consolidação. Extingui-los-á a primeira borrasca, a menos que os seus fundadores sejam tão virtuosos, que saibam imediatamente preparar-se para conservar o que a fortuna lhes concedeu e lancem depois alicerces idênticos aos que os demais príncipes construíram antes de tal se tornarem.” (Weffort, 2011, p. 26)

A vinda da corte portuguesa para o Brasil acelerou o processo natural de desenvolvimento tornando-o único exemplo na história. De certa forma, este processo de transmigração garantia a coroa portuguesa, sua principal colônia e colocava o Oceano Atlântico como defesa contra Napoleão. Os principais desafios eram o controle devido às distâncias continentais e o próprio delineamento da fronteira com os territórios das colônias espanholas.

Após a proclamação da Independência em 1822, a monarquia brasileira empregou suas forças militares ainda em formação para conter as diversas revoltas internas contrárias à Independência. Grão-Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina foram os principais movimentos contidos, principalmente pelas forças navais.

A despeito das disputas internas, comuns à maioria dos países da América Latina, à medida que as antigas colônias se tornaram independentes, as antigas questões de fronteiras entre Portugal e Espanha voltaram a fazer parte da política, sobretudo na região da Bacia do Prata. Cabe ressaltar, ainda, que, à medida que os novos países se estruturavam, adotavam políticas externas semelhantes às suas antigas metrópoles.

O ápice das questões fronteiriças entre os países do Prata ocorreu a partir de 11 de novembro de 1864 quando Brasil e Paraguai romperam suas relações diplomáticas devido ao aprisionamento do navio brasileiro *Marquês de Olinda* por uma canhoneira paraguaia no rio Paraguai (Fausto, 2006). Causada por uma complexa sequência de acontecimentos e disputas de poder, que faziam parte do processo de consolidação dos Estados Nacionais na região, mas que os desestabilizavam internamente.

Francisco Solano López, que assumiu a chefia do Paraguai em 1862, após a morte de seu pai, acreditava que poderia vencer militarmente o Brasil aproveitando-se do momento entre as disputas políticas internas dos demais países, principalmente na Argentina e no Uruguai. (Doratioto, 2014).

Na visão do Barão de Cotegipe, a Guerra do Paraguai foi responsável pelo atraso do Brasil em 50 anos no desenvolvimento. Fundamentando-se tanto pelos custos de vidas brasileiras, quanto pelos recursos dispensados ao conflito, o Barão faz duras críticas às ações diplomáticas do Império. Tais ações não foram capazes de impedir a brusca mudança nas boas relações entre Brasil e Paraguai desde o reconhecimento da Independência paraguaia em 1844 para a agressão de Solano Lopez.

Para Doratioto, há de se reconhecer alguns resultados positivos do conflito como a ampliação do investimento em equipamentos militares durante o conflito garantindo, pela imposição da força, seus interesses na região. O autor também destaca alguns pontos negativos como a politização da guerra e o desgaste do Exército.

A análise de uma dessas visões isoladamente pode levar a uma concepção reducionista do maior conflito que o Brasil já participou. Entretanto, ambas as visões, embora distintas, complementam-se. A crítica pura e simples, seja das perdas humanas e materiais inerentes à guerra, seja a supervalorização dos aspectos positivos, dificultam a análise das lições aprendidas.

O incremento dos meios e equipamentos militares e a demonstração da capacidade bélica do País foram fundamentais para a consolidação da hegemonia na região. Ao mesmo tempo, a incapacidade diplomática e as pesadas perdas ficaram como grandes lições para a condução da política externa futura, sobretudo na Primeira República.

2.2 A Participação Militar na Política Externa

É quase impossível dissociar a participação militar da política externa brasileira ao longo da história. Em conflituosos processos de consolidação da Independência, disputas entre as Fronteiras da Bacia do Prata, disputas políticas internas e governos militares durante a Guerra Fria, destacou-se no Brasil a participação, por diversas vezes, dos militares na política externa.

As participações nos conflitos pós Independência, na Guerra do Paraguai, Primeira, Segunda Guerras Mundiais e a participação de tropas brasileiras em missões de paz sob a égide da ONU desde sua criação até a recente Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) reforçaram a necessidade da manutenção de Forças Armadas seja para a defesa do território Nacional, seja para obtenção de capital político na balança do Sistema Internacional. Entretanto, este capital, importantíssimo

tanto em tempos de paz no campo diplomático, quanto na mesa de negociações após o fim de um conflito, não é restrito ao Chefe de Estado ou corpo diplomático, ele retorna para o País junto com Comandantes e Soldados seja ele positivo ou negativo.

Após a Guerra do Paraguai e a Proclamação da República, apesar das disputas políticas internas, o Brasil passou por um período de relativa estabilidade externa com a participação das Forças Armadas na Primeira Grande Guerra.

Neste período, a diplomacia assumiu o protagonismo da política externa brasileira imprimindo características marcantes no relacionamento com outros países. Tais características foram destacadas por João Paulo Soares Alsina Jr.

“.. o pacifismo e o juridicismo característicos da política externa conduzida pelo Itamaraty estariam fundados, ao mesmo tempo, numa identidade conciliatória e numa concepção realista a respeito da incapacidade de projeção internacional do poder militar brasileiro.” (Alsina, 2009, p.128)

A Professora Maria Regina Soares de Lima destaca que esta posição, hierarquicamente superior da diplomacia em relação às outras políticas, priorizando a economia, contribuiu muito para que a defesa se voltasse apenas para os problemas internos uma vez que não havia nenhuma ameaça à hegemonia brasileira em seu entorno estratégico. (Lima, 2010, p. 6)

Após o término da Guerra do Paraguai, os militares passaram a compor uma consistente base republicana junto a profissionais liberais, profissionais da imprensa e representantes de elites regionais que compartilhavam do mesmo descontentamento com o governo (Fausto, 2006). Essa base já era o prenúncio de um período bastante conturbado que culminaria no golpe que derrubou a monarquia em 15 de novembro de 1889.

A República Velha foi marcada pela participação ativa dos militares nas decisões políticas do Brasil apesar das disputas internas entre grupos políticos, elites regionais e entre militares da Marinha e Exército, participaram da elaboração da Constituição de 1891 e de toda a construção das estruturas da República Federativa com integração do sistema presidencialista.

De 1930 até o fim da Segunda Guerra Mundial, os militares participariam ativamente das discussões políticas nos bastidores da Era Vargas sendo empregados tanto para a manutenção do poder quanto para barganha política junto aos EUA. Tal

atuação teve grande embasamento na articulação do discurso conjunto das Forças Armadas graças ao General Góes Monteiro (Coelho, 2000).

A partir de 1964, o período dos governos militares, apesar de apresentar modificações na Política Externa Brasileira, foi caracterizado, de maneira geral, pelo alinhamento com os Estados Unidos. A renúncia, pelo Presidente Costa e Silva, ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), com a percepção de que o conflito Leste-Oeste vinha se expandindo para a periferia foi uma das poucas políticas que contrariaram os interesses norte-americanos.

Os governos militares instalados na América Latina foram campo de análise para o cientista político Alfred Stepan. O autor, contrariando o profissionalismo militar descrito por Huntington, afirmou que este “novo” profissionalismo militar levaria a classe dos militares a dedicar-se, cada vez mais, à segurança interna e assim, mais participante da política. Neste sentido, os militares se politizam e parcelas da sociedade passam a questionar a legitimidade do governo (Stepan, 1986, p.22)

Apesar da leitura de Stepan, sobre o “novo” profissionalismo militar voltado para a segurança interna e contra insurgência, o Brasil, há muito, contou com intervenções militares internas. Tal prática também ocorreu durante o Império para a consolidação da Independência, República Velha e Era Vargas, e teve seu ápice durante os Governos Militares.

Não obstante esse constante paralelismo entre a política externa e política de defesa, estas não garantiram a estabilidade para o Estado. Para Maria Regina Soares de Lima, a falta de uma agência para integrar essas políticas é a principal causa para essa falta de integração.

“A bibliografia existente sobre o tema que sugere legado histórico, fatores ideacionais e instituições aprisionaram o desenvolvimento da política externa e da política de defesa em rotas paralelas que, na ausência de uma agência política voltada para a mudança do status quo, permanecem fracamente integradas.” (Lima, 2010, p. 5)

Por essa perspectiva, observa-se certa autonomia corporativa destas políticas tornando as funções, que deveriam se complementar na busca pelo interesse coletivo, cada vez mais independente. Para a autora, estas políticas, mesmo guardando certa independência, devem se submeter ao Estado. Da mesma forma, o Estado deve gerenciá-las assim como faz com todas as demais políticas públicas.

“Ainda que a política externa e a política de defesa sejam ambas políticas públicas, semelhantes às demais existentes, por suas características distintivas de atuação no plano externo, contam com a delegação do corpo político no ano eleitoral para a respectiva execução. O grau e as formas de controle políticos dessas duas políticas variam de acordo com as instituições específicas dos regimes democráticos.” (Lima, 2010, p. 4)

Para Joseph S. Nye Jr., o poder militar expressar-se-ia por meio de ameaças, permitiria a coerção, dissuasão e proteção, além de dar origem a políticas governamentais como a diplomacia coercitiva, a guerra e as alianças. (Nye, Jr, 2004, p. 31). Já na visão de Raymond Aron, a diplomacia e defesa são “dois aspectos complementares da arte única da política – a arte de conduzir as relações com outros Estados para alcançar o ‘interesse nacional’” (Aron, 2002, p.24).

Estas duas análises sobre a importância do uso da força e da diplomacia complementam-se na execução de uma política de Estado. Assim como as outras políticas públicas, devem ser tratadas sem uma hierarquização, mas sim com a devida priorização de acordo com os desafios estratégicos que se apresentam a cada governo.

Portanto, um desequilíbrio entre estas políticas pode ser uma vulnerabilidade para o Estado, assim como ocorreu após o conflito entre Brasil e Paraguai e em diversos períodos da história do País. A ausência de ameaças externas, fazendo com que os interesses militares voltassem para as questões internas, bem como a participação recorrente dos militares na política externa, contribuiu para o estremecimento não somente do controle civil dos militares pelo Estado, como a própria relação civil-militar.

3 O SENTIMENTO ANTIBELICISTA DO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA

3.1 O Fim da História ou Período de Incertezas

No campo dos Estudos Estratégicos, as Teorias das Relações Internacionais tiveram na Guerra Fria a retomada de grandes debates. De um lado o Liberalismo/Idealismo e, do outro, o Realismo. Todos os países, independentemente do nível de envolvimento entre a disputa entre Estados Unidos e União Soviética, analisaram as Teorias Idealistas como a de Angell que defendia que os Estados evitariam a Guerra pela lógica, uma vez que, naturalmente, um maior desenvolvimento econômico e os Tratados entre os países concorreria para uma paz racional (Angell, 2002); ou o realismo de Carr que afirmava que a lógica pacifista baseada na ideia de que Tratados entre Estados seriam sempre respeitados não correspondia à realidade das relações dentro do Sistema Internacional.

A Teoria Realista se consolidou a partir da 2ª Guerra Mundial como opção à utopia liberal (Carr) no Ocidente. O fato da Liga das Nações (1919) não ter conseguido evitar outro conflito mundial foi alvo das críticas do referido autor que defendia que não se pode confiar a Defesa Nacional a organismos internacionais, uma vez que as leis que regem tais instituições, bem como as relações entre os Estados, são muito voláteis.

Em busca de instrumentalizar a Teoria Realista, Hans Morgenthau, autor do livro “A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.”, procurou definir as leis gerais da política internacional. Com críticas às ideias utópicas dos idealistas como a da paz perpétua, propõe uma política externa racional com leis objetivas onde o fator mais importante a ser buscado é o Poder do Estado.

“É indispensável que o governo obtenha a aprovação de seu próprio povo para as suas políticas interna e externa destinadas a mobilizar os elementos do Poder Nacional em favor das mesmas.” (Morgenthau, 2003, p. 284)

O contexto da Guerra Fria (sem conflitos armados envolvendo o embate direto entre os principais atores) elevou o conceito de equilíbrio de poder a uma nova dimensão. O equilíbrio de poder sugere que o Estado garantirá a paz possível, ou seja, um maior período entre guerras possível. Entretanto, esse equilíbrio seria fruto das características do Estado como egoísmo e interesse, sob a ótica realista moderna, somado

ao fato de ambas as superpotências possuírem armas de destruição em massa em enormes quantidades, ou seja, trata-se do inédito equilíbrio do terror.

O Pós-guerra Fria, no fim do século XX, marcou o processo de transição para a unipolaridade com a ascensão dos Estados Unidos como única superpotência econômico-militar do planeta. Este período também foi palco para diversos debates teóricos sobre quais seriam as características dessa Nova Ordem Mundial.

Para o cientista político Samuel Huntington, o período pós-guerra seria um ambiente repleto de incertezas. Ao propor a Teoria do “Choque de Civilizações”, o autor afirmava que os conflitos futuros desafiarão a lógica das teorias anteriores onde as disputas estatais eram protagonistas. Agora, os conflitos ocorreriam por disputas entre civilizações onde a cultura seria o fator mais importante e não mais o político, econômico e militar (Huntington, 1994).

Para Francis Fukuyama, autor do livro *O fim da História e o último homem*, lançado no início da década de 1990 e que veio a ter grande repercussão, a derrota do modelo socialista, diante do modelo capitalista e do liberalismo, significava que a paz para os países de regimes democráticos estava garantida. O autor afirmava que a democracia liberal era única política corrente e constituía o ponto de união entre regiões e cultura diversas do mundo todo. (Fukuyama, 1992, p. 12).

Para justificar seu raciocínio, o autor citou as ideias de Marx e Hegel afirmando que, com o fim da Guerra Fria, os países mais desenvolvidos teriam suas democracias consolidadas e que os menos desenvolvidos estariam mais expostos a regimes totalitários ou para democracias controladas por grandes potências externas.

“Tanto para Hegel quanto para Marx a evolução das sociedades humanas não era ilimitada. Mas terminaria quando a humanidade alcançasse uma forma de sociedade que pudesse satisfazer suas aspirações mais profundas e fundamentais. Desse modo, os dois autores previam o ‘fim da História’. Para Hegel seria o estado liberal, enquanto para Marx seria a sociedade comunista.” (Fukuyama, 1992, p. 12)

Para Fukuyama, assim como para Hegel e Marx, o fim da história significava o apogeu do desenvolvimento de uma sociedade onde, a partir deste ponto, todas as questões realmente importantes estariam resolvidas e todos os indivíduos teriam todas as suas necessidades atendidas. Entretanto, apesar da diminuição das tensões globais acerca de uma Guerra nuclear e conflitos interestatais no Pós-Guerra Fria, aumentaram

as pressões internas e antigas disputas políticas, ideológicas e raciais causaram diversos conflitos internos em várias partes do mundo.

Neste contexto, o artigo Democracia, controle civil e gastos militares no Pós-Guerra Fria: uma análise realista, produzido pelo Professor Doutor Thomas Ferdinand Heye em 2015, analisou os gastos militares do Pós-Guerra Fria. O argumento inicial era que a demanda por gastos militares é uma propriedade estrutural do (SI) e seu comportamento seria afetado por fatores da esfera política doméstica dos Estados, mais especificamente, por regimes democráticos e pelo controle civil das Forças Armadas.

Em sua conclusão, o autor afirmou que, o comportamento dos gastos militares no período entre 1990 e 1998 não foram afetados pela posição dos Estados no ranking do SI, mas, principalmente, por fatores externos e domésticos. Sendo os conflitos estatais considerados os fatores externos mais importantes.

“Contudo, se verificamos que regimes políticos, mais especificamente a democracia, é um fator importante para se compreender o comportamento dos gastos militares, esta variável por si só não nos permite incorporar à análise um fator fundamental preconizado pelo pensamento realista: a dimensão da segurança do Estado.” (Heye, 2015, p. 24)

Embora os fatores externos sejam considerados os mais importantes, o referido artigo destaca que, somente esta análise, não garante a real percepção sobre os gastos militares do país. Faz-se necessário a inclusão de fatores internos como a situação econômica e regime político uma vez que, quanto maior o crescimento econômico, maior o crescimento dos gastos com a Defesa e, em um regime democrático, com maior controle civil sobre os militares, o gasto tende a diminuir.

“[...] verificamos que a teoria de política internacional de Waltz, ao focalizar exclusivamente nos fatores externos, se revela insuficiente para compreender o comportamento dos gastos militares no período analisado, sendo necessário, portanto, também incluir fatores pertencentes à esfera doméstica do Estado.” (Heye, 2015, p. 24)

O autor ressalta, ainda, a importância do controle civil dos militares no regime democrático. Este controle deve garantir a subordinação das forças Armadas ao mesmo tempo em que assegura o desempenho destas.

“... o controle civil sobre as forças armadas implica simultaneamente em assegurar a subordinação destas às lideranças políticas civis e maximizar a capacidade das forças armadas em desempenharem as suas funções.” (Heye, 2015, p. 24)

O Artigo Subsídios para o estudo da Teoria Política das Relações Civis e Militares, do Professor Doutor Frederico Carlos de Sá Costa, destaca a crítica à Teoria de Huntington sobre a relação civil-militar, em contextos de maior ou menor grau de cultura política, seguindo o raciocínio de Samuel Finer.

“Nesses termos, Finer observa que, quanto mais fortes as instituições civis (ou quanto mais elevada for a cultura política) mais remotas as possibilidades de assalto militar ao poder e ainda menor a legitimidade militar em requerer exercer algum papel messiânico. A ênfase, portanto, não está em um dado e pretensamente adequado modelo de profissionalização: tal modelo nasce e depende das condições específicas observadas por Huntington nos Estados Unidos. Em Finer, a ênfase na operação das instituições civis problematiza e contingência a profissionalização, permitindo que se observe a profissionalização como uma variável dependente. Em outras palavras, a profissionalização transige com a cultura política. (Costa, 2017, p. 48)

Em uma análise mais recente, em um artigo publicado pela Revista Brasileira de Política Internacional (2009), João Paulo Soares Alsina Jr, ao analisar o Sistema Internacional e o possível cenário global da próxima década destacou algumas tendências que poderiam modificar as relações entre os Estados: a) aprofundamento do fosso tecnológico entre os exércitos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, com ênfase nas transformações suscitadas pelo aumento do alcance, letalidade, precisão e automação dos sensores e plataformas de combate – além da perspectiva iminente de militarização do espaço; b) intensificação dos efeitos da degradação ambiental sobre os ecossistemas, além da aparente aceleração da mudança climática e da redução das fontes de suprimento de água potável; c) progressivo esgotamento das reservas conhecidas de matérias-primas essenciais como o petróleo; d) ampliação do número de cidadãos de países pobres em relação ao número de cidadãos de países ricos, causada pelas baixas taxas de natalidade encontradas nos primeiros; e) ampliação do diferencial de renda entre países ricos e pobres.

“Em síntese, a configuração das relações interestatais deve manter um perfil próximo ao atual até 2020. Contudo, as ameaças não-estatais, como o terrorismo, e os problemas resultantes da escassez de matérias-primas, do

desequilíbrio ambiental e da disparidade de poder podem vir a gerar choques violentos – particularmente entre centro e periferia. A força armada, nesse contexto, continuará a ser importante.

A fungibilidade do poder militar deverá ser moderada, mas de forma alguma igual a zero. A “competição entre Estados não será eliminada e, por conseguinte, os usos indiretos da força armada permanecerão operacionais.” (Alsina Jr, 2009, p.7)

Cabe destacar que neste artigo de 2009, o autor pontuou os principais acontecimentos da década seguinte. As variáveis com poder de alterar as relações interestatais permanecem em debates nos maiores fóruns mundiais mesmo após mais de uma década. Apesar da ampliação das ações dos países para mitigar os impactos dessas tendências, Alsina Jr. afirma que a manutenção e preparo das forças armadas é essencial para atuar nos casos de choque violentos entre os Estados.

Ao analisar os conflitos ocorridos a partir da década de 1990 até os dias atuais, observamos que as previsões de Fukuyama não se mostraram mais próximas da realidade que as de Huntington. O fim da história, com os países desenvolvidos alheios aos conflitos estatais, não ocorreu e, a cada novo conflito, aumentam as incertezas dentro do Sistema Internacional. Todo Estado, independentemente de sua capacidade política, econômica e militar, é, de algum modo afetado pelas consequências sejam elas prejudiciais ou “janelas de oportunidade”.

Aparentemente, as ideias de Huntington sobre o choque de civilizações, no período Pós-Guerra Fria, se mostraram mais próximas da realidade que as previstas por Hegel, Marx e Fukuyama. Neste contexto de incertezas, comprova-se a premissa realista de que a Defesa é um bem comum e seus gastos aumentam conjuntamente com a renda do Estado.

Além disso, a discussão sobre investimento em Defesa não deve ser baseada somente em teorias que podem não se aplicar à realidade do País. Embora os fatores externos sejam os mais importantes, a inclusão de fatores internos como a situação econômica, regime político, principais ameaças e controle civil dos militares também devem fazer parte do debate e da análise dos gastos com as Forças Armadas. (Heye, 2015, p. 24)

Portanto, diversos profissionais se debruçaram sobre o tema Defesa Nacional além dos militares, sobretudo na comunidade acadêmica. Entretanto, apesar da produção desse conhecimento após diversos estudos, grande parte da sociedade brasileira permaneceu alheia a esse debate. Seja devido aos aspectos históricos desde a formação

do Estado, seja pelas alterações das dinâmicas do Sistema Internacional, a consolidação de uma Cultura de Defesa ainda permanece um objetivo distante.

4 A PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE DEFESA

4.1 Um constante debate conceitual

Embora tenhamos nos aproximado de um conceito para Cultura de Defesa no primeiro capítulo através das definições de Cultura de Tylor e Laraia, prosseguimos nos demais capítulos apenas com uma definição geral do objetivo dessa cultura. Assim, definimos como objetivo principal da Cultura de Defesa canalizar esforços para que a Defesa passe a ser vista pela sociedade brasileira como um tema importante e de relevante papel no desenvolvimento do País.

Assim como o próprio conceito de cultura, que possui diversas definições já consolidadas, também o conceito de Cultura de Defesa apresenta diversas interpretações. Entretanto, quando se trata de uma política pública a ser implementada, como ocorre com a cultura de defesa enquanto objetivo estratégico da Política Nacional de Defesa (PND), este conceito deve ser bem delimitado, sob o risco de desviar de sua finalidade. Este, talvez, seja o primeiro passo para que esta política seja efetiva.

O objetivo principal da Cultura de Defesa, definido no início deste trabalho, como o de canalizar esforços, muito se aproxima da definição de política para João Ubaldo Ribeiro como o estudo e a prática da canalização de interesses, com a finalidade de conseguir decisões. Neste sentido, o conceito de Cultura Política, amplamente discutido por cientistas políticos desde os anos 1950, contribui sobremaneira para este debate.

Para o historiador francês Serge Berstein, Cultura Política pode ser definida como um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. (Berstein, 1998, p. 350).

Em 1977, o Professor Jack Snyder, propôs o termo Cultura Estratégica como forma a desenvolver, dentro da temática da Segurança, modelos para se contrapor à estratégia soviética durante a Guerra Fria. Este conceito, para o cientista político Colin S. Gray, baseia-se no conceito de cultura política uma vez que a ideia de estilo nacional é logicamente derivada do conceito de cultura política: uma cultura particular de pensamento e ação.” (Gray, 2016)

Em um artigo da Revista Hoplos, Carlos Alberto Leite buscou identificar as várias abordagens conceituais da Cultura Estratégica com base no conceito proposto por Snyder em 1977. Os resultados apontaram que não há um único conceito que amarre

objetivamente o campo teórico da cultura estratégica, bem como o fato da cultura estratégica brasileira, *vis-à-vis* as demais Unidades Políticas, ainda ser uma grande incógnita. (Leite, 2021)

Para Romana, embora ainda não se tenha provado a aplicabilidade com efetiva mudança de comportamento, a cultura estratégica é fundamental como instrumento analítico nas seguintes áreas, entre outras: tomada de decisão política, segurança e defesa, geopolítica e geoestratégia, inteligência estratégica e da cultura organizacional. Romana (2016).

[...]estamos menos convencidos da utilidade da cultura estratégica como explicação. As maneiras pela qual a cultura estratégica pode ser moldada por fatores externos – mudanças nos padrões da política global, ou choques inesperados no sistema – ou política interna são suficientemente complexos que o conceito de cultura estratégica dificilmente nos permitirá fazer explicações preditivas completas do tipo que os positivistas afirmam serem possíveis. [...] (BLOOMFIELD; NOSSAL, 2007, p. 286)

Fernando Carneiro Gomes de Paiva, em seu trabalho *A promoção da Cultura de Defesa no Brasil: 2008-2016*, apresentou a definição do termo Cultura de Defesa sob a ótica de diversas Instituições. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Estudos de Defesa Pandiá Calógeras (IBED):

“Não há, todavia, uma definição do conceito “cultura de defesa” oficial. De acordo com as informações contidas no site do IBED, tende-se a compreendê-la, entretanto, como o papel desempenhado pela academia, mídia, política e educação nas medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.” (Paiva, 2017, p.60)

O autor também conceituou o termo, após a análise da maneira como a Academia tratava em diversos eventos como o Curso de Extensão de Defesa Nacional (CEDN), Encontro Regional da Associação de Estudos de Defesa (ERABED), Jornada de Estudos Estratégicos, nos sites do Ministério da Defesa, nos discursos de ministros e oficiais das forças e nos poucos trabalhos acadêmicos onde o termo é citado. Conceituou Cultura de Defesa como a conscientização da sociedade como um todo da tradição, do conhecimento, e da mentalidade de defesa. Isso engloba todo o complexo

que inclui o conhecimento, o estado da arte, o conjunto de ideias, as leis, os programas e projetos, os costumes, comportamentos, símbolos, práticas militares e sociais adquiridas e/ou desenvolvidos pela Defesa Nacional ao longo de sua construção histórica na formação do Estado e sociedade brasileira contemporânea. Portanto, o objetivo da promoção da cultura de defesa é de se fazer assimilar essa cultura pelos distintos grupos sociais da sociedade brasileira.” (Paiva, 2017, p.28)

O debate sobre a origem do termo Cultura de Defesa, bem como sua funcionalidade, constitui importante embasamento para sua aplicação como política de Estado. Em que pese as críticas, não somente à Cultura de Defesa mas, principalmente à Cultura Estratégica, percebe-se que a Cultura de Defesa não tem somente o objetivo de consolidar um conjunto de modelos para serem aplicados em situações pré-determinadas de uso da Força. Tal concepção não seria eficiente, sobretudo em situações imprevistas..

Deve ser entendida como um conjunto de costumes e práticas na condução da política de defesa desde o nível político, devidamente assessorado por profissionais especializados em Defesa, até a opinião pública e sua compreensão da importância desta política pública assim como outras políticas essenciais ao desenvolvimento e Segurança Nacional.

4.2 Mudanças nos rumos da Defesa Nacional Brasileira

As alterações ocorridas na política de defesa no Brasil, ocorridas, especificamente, no período entre 1996 e 2008, com a elaboração da Política de Defesa Nacional (1996), criação do Ministério da Defesa em 1999, a publicação do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) onde constam a Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END), e a atualização dos documentos produzidos em 2008 mudaram significativamente a dinâmica da política da Defesa.

Os principais fatores políticos, econômicos e sociais, internos e externos, que mudaram a postura da Defesa no período entre 1990 e 2008 visavam a reestruturação da Defesa e a divulgação, junto à sociedade, da relevância da Defesa Nacional. Esta última, foi apontada como uma vulnerabilidade dessa política pública pela Estratégia Nacional de Defesa com diversas oportunidades de melhoria como pode-se observar neste extrato da publicação:

“O envolvimento, ainda não significativo, da sociedade brasileira com os assuntos de defesa;

A histórica descontinuidade na alocação de recursos orçamentários para a defesa;

A desatualização tecnológica de alguns equipamentos das Forças Armadas; e a dependência em relação a produtos de defesa estrangeiros;

A distribuição espacial das Forças Armadas no território nacional, ainda não completamente ajustada, ao atendimento às necessidades estratégicas;

A atual inexistência de carreira civil na área de defesa, mesmo sendo uma função de estado;

O estágio da pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento de material de emprego militar e produtos de defesa; a carência de programas para aquisição de produtos de defesa, calcados em planos plurianuais;

Os bloqueios tecnológicos impostos por países desenvolvidos, que retardam os projetos estratégicos de concepção brasileira;

A relativa deficiência dos sistemas nacionais de logística e de mobilização; e

A atual capacidade das Forças Armadas contra os efeitos causados por agentes contaminantes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares.”
(BRASIL, 2012b, p. 59)

Com base nos documentos elaborados pelo MD, a construção de uma Cultura de Defesa surge como uma necessidade, tornando-se uma ferramenta estratégica a fim de mitigar essas fragilidades apontadas na END. Neste contexto, o entendimento deste termo é essencial para seu desenvolvimento e consolidação.

Cabe destacar que, após mudança de mentalidade da Defesa, a identificação de vulnerabilidades e o entendimento que a Cultura de Defesa é essencial para mitigar os efeitos das mesmas, o Ministério da Defesa, através da publicação da END e PND, passou a fomentar diversas iniciativas para que essa Cultura se desenvolvesse, tanto no meio civil como no meio militar. O estabelecimento desta contribuiria para as políticas de Estado do MD com efeitos a médio e longo prazo.

O baixo envolvimento da sociedade com os assuntos de defesa contribui para outro ponto identificado como vulnerabilidade pela END, a falta de uma carreira de funcionários civis no Ministério da Defesa. Este ponto é essencial para a elaboração políticas públicas deste setor pois, a ausência de profissionais civis especializados nesta área, limita o debate teórico com pontos de vista de diferentes correntes de pensamento e áreas do conhecimento. Neste sentido, quanto mais plural e democrático for o debate dentro do MD, maior a solidez e eficiência das políticas públicas.

Cabe destacar, ainda, que este afastamento entre civis e militares na área da Defesa prejudica, além da Defesa Nacional, as duas categorias de servidores uma vez que o meio acadêmico deixa de se especializar em uma área do conhecimento bastante rica e os militares, devido à evolução política e tecnológica, não pode privar-se do conhecimento de especialistas civis em estratégia, poder e emprego da força. (Almeida, 2010, p. 234).

Neste contexto, a relação civil-militar permeia diversas áreas do conhecimento e campos profissionais e sua difícil integração não é percebida apenas no MD. Felizmente, muitos setores, inclusive os essenciais para o desenvolvimento da Cultura de Defesa, já mitigaram as dificuldades impostas em grande parte pela própria História do Brasil.

A história militar, como campo específico desta disciplina, também passou por diversas fases em seu desenvolvimento. Inicialmente, era considerada apenas de interesse militar e hoje conta com diversos autores civis. Apresentando a história sob a ótica de uma parcela específica da sociedade, pode contribuir muito para a ampliação do conhecimento sobre determinada época ou fato específico.

“Durante a maior parte do século XIX, a história militar foi frequentemente associada a outros campos da história e mesmo da literatura. Seria difícil dissociá-la desses gêneros para considerá-la um campo próprio. O que é atualmente visto como a história militar tradicional – os estudos minuciosamente documentados das instituições, guerras, campanhas, batalhas e táticas – apareceu pela primeira vez no Brasil nos anos 1890, alcançando seu apogeu na primeira metade do século XX. Esse era, na maioria das vezes, o território de historiadores militares e, ocasionalmente, de admiradores civis.” (Castro; Kraay; Izecksohn, 2004, p. 13)

A História do Brasil mostra que é impossível alienar-se da participação militar no processo de formação do Estado brasileiro, bem como os impactos dessa participação nos principais momentos históricos, e que, de certa forma, excluíram a participação popular e contribuem para o seu atual afastamento da Defesa.

“[...]os militares brasileiros não se encontram isolados da sociedade abrangente, embora possam guardar uma relativa autonomia em alguns aspectos e épocas específicas. Seria difícil, portanto, tratar a história militar como algo inerentemente distinto da história mais ampla da sociedade de onde os soldados e oficiais são recrutados. (...)Não se pretende reduzir a compreensão da instituição militar a fenômenos sociais de outra ordem, que a determinariam, e sim prestar grande atenção à interação entre Forças Armadas e sociedade.” (Castro; Kraay; Izecksohn, 2004, p. 13)

Embora ainda haja uma valoração sobre temas e correntes historiográficas como se uma tivesse uma maior importância em relação à outra, faz-se necessário compreender e valorizar cada tema, pois todos eles contribuem para a construção do conhecimento. Cabe ressaltar, também, que nenhum ramo da história deve ser relegado.

“A história militar acadêmica tem tido uma trajetória difícil no Brasil. A expansão das universidades e o fortalecimento da história como profissão (a partir da segunda metade do século XX) coincidiram com a intensificação do envolvimento militar na política e, acima de tudo, com o regime militar de 1964-85, que desencorajou a pesquisa acadêmica sobre as Forças Armadas. A academia dedicou pouca atenção à história militar para além do estudo do envolvimento militar na política – ponto problemático num regime autoritário. (Castro; Kraay; Izecksohn, 2004, p. 13)

Assim, as críticas que uma corrente historiográfica fez às antecessoras, sempre cumpriram uma função histórica. Seja para destacar o coletivo como fator decisivo para a história dos indivíduos, seja para valorizar as figuras protagonistas da história, sempre houve uma sucessão de pensamentos antagônicos que contribuíram para a evolução da história como disciplina.

Neste contexto, a consolidação de uma cultura de defesa também enfrenta diversos desafios, pois consiste em um processo de transformação. Seu amplo debate é essencial para essa construção, pois une diversos grupos em razão dos objetivos comuns.

Portanto, considerando a promoção da cultura de defesa para todos os grupos da sociedade como objetivo de Estado, em que pese a necessidade de aferição dos impactos dessa mudança de postura na condução da PND, percebe-se grande evolução nas últimas décadas na relação civil-militar no campo da Defesa Nacional.

4.3 Ações para a Promoção da Cultura de Defesa

Diversas iniciativas foram tomadas pelo MD no sentido de estimular, cada vez mais, essa participação e formação de civis no campo da Defesa e, assim, produzir uma maior conscientização da sociedade acerca do tema Defesa. Buscou uma maior aproximação entre a Academia e Militares, estreitamento dos laços e, demonstrando uma maior atenção à relação entre Civis e Militares, estabeleceu diversas parcerias entre

as Forças Armadas e Universidades Nacionais e Internacionais. Tal processo também ocorre permanentemente nos Centros de desenvolvimento doutrinário de cada Força Singular a fim de combater o “imobilismo” e acompanhar as evoluções de tecnologias, técnicas, táticas e procedimentos desenvolvidos por outros países.

Além do esforço acadêmico para ampliar o campo de estudo da Defesa despertando o interesse em alunos de diversas áreas do conhecimento e do esforço militar em, cada vez mais, ampliar o número de militares que possam contribuir para essa integração com o campo acadêmico através de diversos cursos de Pós-Graduação nas Instituições de Ensino Civis, cresce de importância a participação de outros grupos sociais. Quando maior a participação de representantes de outras áreas como a jurídica, empresarial e política, maior será a mentalidade de defesa da sociedade.

“O grau de importância para o País e a magnitude dos meios que envolve, induzem, de imediato, à ideia de que, sem o engajamento da sociedade como um todo e em particular do meio político que, mal ou bem, representa o caráter social do povo, não haverá consistência no planejamento e na execução da defesa e da política externa. Necessário se torna afastar a ideia de que assunto de defesa é problema dos militares e que a eles pertence o privilégio de sacrificar a própria vida em defesa da pátria. Se a pátria for atacada não serão levadas somente as vidas dos militares.” (MENEZES, 1997, p. 14 *apud* SOUZA et al., 2015).

Uma recente iniciativa em busca deste diálogo ocorreu entre os dias de 23 a 29 de Junho de 2023. O Simpósio de Defesa e Segurança Internacional – Questões e Perspectivas, realizado no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, por iniciativa da Marinha do Brasil, Corpo de Fuzileiros Navais e o King’s College London, contou com a presença de diversas personalidades civis e militares, nacionais e internacionais bem como estudantes de diversas universidades.

A Doutora Pauline Blistene citou, na oportunidade, uma iniciativa do Governo Francês para desmistificar o papel da Inteligência na Defesa junto às escolas a fim de buscar uma maior participação da sociedade e maior integração Civil - Militar. Essas ações da Agência de Inteligência Francesa propõem atividades escolares com utilização de cartilhas e vídeos que sensibilizem as crianças e adolescentes para essa mentalidade de segurança.

Dada a necessidade da Estratégia e de políticas de Estado e não de governo, cresce de importância a inserção deste tema na educação. Uma vez que nosso processo de colonização, formação do Estado e formação da sociedade difere do processo de

formação dos Estados que hoje são potências e, durante seu processo de formação, vivenciaram a guerra, faz-se necessário tratar desse assunto didaticamente e, neste caso, nada melhor que o espaço escolar.

Outro tema, de grande importância, apresentado pelo Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, Almirante de Esquadra Carlos Chagas, no referido Simpósio, foi a necessidade da ampliação do debate da sociedade, academia, indústrias e diversos setores da sociedade sobre a Defesa. Este amplo debate da sociedade faz-se necessário ante aos desafios que podem ser impostos ao País uma vez que, cada vez mais, ocorrem conflitos de amplo espectro e esses requerem mais recursos para o preparo das tropas e, a negligência neste preparo pode custar caro.

O Comandante ainda ressaltou que a busca pela segurança “ideal” é utópica, principalmente devido as constantes transformações sejam externas relativas ao SI, sejam internas. As prioridades da sociedade variam dificultando o planejamento a longo prazo. Assim, a END deve contemplar o preparo para fazer frente às principais ameaças e a velocidade da transformação do cenário global.

Para o Embaixador Rubens Barboza, embora a promoção da cultura de defesa no Brasil seja objetivo permanente do MD, ainda continua sendo negligenciada devido a diversos fatores históricos e continua não sendo uma prioridade Nacional. Assim, sem fazer parte da agenda do Estado, fica extremamente dependente dos Governos e do esforço de poucos profissionais civis e militares.

Além disso, também destaca diversos pontos inerentes à Cultura de Defesa como:

“1) Déficit Cultural – Desinteresse da população, Congresso, mídia, etc; 2) Abertura do Ministério da Defesa para carreiras civis e alterações conceituais; 3) Rever END (muito foco nos aspectos militares não abrangendo todas as necessidades); 4) Discutir a UNASUL; 5) Reabilitar o conceito de Segurança e não de Defesa uma vez que o conceito de segurança Nacional apresenta um aspecto mais abrangente da sociedade além de ser utilizado pelas principais potências como E.U.A, Alemanha e UK. Tal reformulação contribui para a definição de uma Estratégia a longo prazo. A política de defesa não deve se limitar aos aspectos militares; 6) As rápidas transformações tecnológicas impõe o debate sobre o subsídio da BID; 7) Apesar de todas as iniciativas positivas para desenvolver a Cultura de Defesa, deve haver a coordenação entre elas.” (Barbosa, 2023)

Em que pese as diversas iniciativas para o desenvolvimento de uma Cultura de Defesa, o fato dessas ações não estarem totalmente coordenadas não traz os benefícios esperados a curto prazo. Se todas essas ações estivessem sob uma única coordenação e,

principalmente, fizessem parte de uma política de Estado e não de governo, o País poderia colher esses frutos mais rapidamente e, por conseguinte, estaria mais preparado para uma eventual necessidade de emprego do Poder Militar Nacional.

Percebe-se, portanto, que, apesar do constante debate conceitual sobre a origem e necessidade do desenvolvimento de uma Cultura de Nacional de Defesa, diversas iniciativas já foram adotadas para que ela se consolide. Apesar das críticas e dificuldades impostas a civis e militares, o País caminha, para uma maior conscientização da importância da Defesa como política pública essencial ao desenvolvimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com um olhar atento para a História e, particularmente, para as diferenças entre a formação dos Estados Modernos e a formação do Brasil, pode-se compreender, alguns motivos pelos quais boa parte dos cidadãos não percebem a Defesa como uma Política Pública essencial para a manutenção do Estado. Esse afastamento da sociedade com este tema pode ser, em boa parte, atribuído a diversos episódios que ocorreram desde a Formação do Estado Brasileiro. A participação somente das elites e de militares dos principais momentos históricos, de certa forma, excluíram a participação popular. Este distanciamento impacta a Política de Defesa até os dias hoje dificultando o debate e, por conseguinte, a elaboração de uma Estratégia de Defesa eficiente e que conte com a participação de toda a população.

Compreender as razões para esse afastamento é fundamental para a construção de políticas que possa mitigar o impacto de diversas mazelas que por muito tempo dividiram o tecido social Nacional. Neste contexto, uma mudança na cultura da condução da Defesa é essencial para que o País possa ter não somente Forças Armadas preparadas para cumprir seu papel constitucional, como também, uma sociedade consciente de sua importância e extensão do campo de atuação dos militares.

As transformações do Sistema Internacional (SI) impõem uma série de desafios ao Brasil. À luz dos aspectos e conceitos fundamentais no âmbito das Relações Internacionais (RI), podemos conjecturar possíveis cenários futuros e, principalmente, encontrar possíveis soluções para tais desafios impostos.

No século XX, a ordem mundial foi alterada, inicialmente após as duas grandes Guerras Mundiais para uma bipolaridade e, após a Guerra Fria, para a unipolaridade com a ascensão dos Estados Unidos com maior potência econômico-militar do planeta. Esta posição se manteve até o fim do século, entretanto, no início de século XXI, principalmente devido a um crescimento anual de sua economia bem maior que as demais potências globais, a China assume um protagonismo que estabelece uma Nova Ordem Multipolar com pelo menos três atores principais – China, Estados Unidos e Rússia.

Os avanços comerciais e militares da China bem como o aumento das tensões no mar do sul daquele país acirraram as disputas com os norte-americanos e a hipótese da proximidade de um conflito armado embora pouco provável, não pode ser descartada.

Neste caso, a análise das probabilidades ganha novas variáveis, pois poderia haver a necessidade de um maior alinhamento ou realinhamento com um dos atores em detrimento de outro.

O Estado brasileiro, como ator deste sistema anárquico, assim como todos os outros países, participa da mudança da balança do poder direta ou indiretamente. O Brasil deve estar atento às constantes transições na ordem global a fim de definir sua estratégia e garantir a defesa de seus interesses. Neste contexto, a manutenção de boas relações diplomáticas e comerciais com as principais potências é fundamental.

Entretanto, um país de dimensões continentais como o Brasil, hoje, essencial na transição de uma Nova Ordem Mundial e no debate sobre Segurança Energética, Segurança Alimentar e Meio Ambiente, não pode confiar exclusivamente na diplomacia. Assim, cresce de importância a necessidade de uma Estrutura Militar de Defesa à altura do papel do País no cenário global, mesmo que sua maior hipótese de emprego seja defensiva.

A Guerra da Ucrânia deslocou o centro das atenções para o continente europeu devido ao envolvimento de estruturas internacionais criadas na Guerra Fria. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), elaborada para conter o avanço dos Países membros do Pacto de Varsóvia, recebeu o pedido de apoio dos ucranianos após a invasão russa uma vez que havia, além do interesse, negociações para a entrada da Ucrânia na referida Organização. Esta negociação é, de acordo com o Governo da Rússia, o maior motivo para a invasão.

No primeiro ano de conflito, diversos países ofereceram apoio à Ucrânia com o envio de armamento e apoio humanitário aos refugiados além de diversas sanções econômicas impostas à Rússia. A China, diferentemente da maioria dos países europeus e dos Estados Unidos, tem mantido uma postura de aparente neutralidade no conflito. Entretanto, as tropas ucranianas continuam defendendo seu território e, embora recebam armas e suprimentos, não tem o apoio militar formal da OTAN.

Cabe ressaltar que as mudanças constantes no cenário internacional e cadeias globais de valor podem criar “janelas de oportunidades” e, neste caso, sempre deverá imperar a razão de Estado (benefícios maiores que os custos da decisão) para que o País sofra o menor impacto negativo possível.

Em que pese a situação diplomática e comercial estável com as potências principais da Nova Ordem Mundial, para que o Brasil possa cada vez mais buscar seus

interesses no SI, cresce de importância a melhoria em gestão e investimentos em diversos setores como o econômico, indústria e Defesa.

Os desafios do setor de Defesa talvez sejam os mais difíceis, pois para um provisionamento maior de recursos e, principalmente, para melhor a gestão, é preciso antes que a sociedade compreenda sua importância para futuro do País. Talvez este seja o maior desafio pelo fato de estar profundamente ligado à própria formação do Estado brasileiro. A concepção e desenvolvimento do Estado Moderno surgem na Europa já profundamente ligada à necessidade de proteção de sua soberania e, por conseguinte, de exércitos nacionais para garantir a segurança interna e externa para, assim, buscar a prosperidade.

Apesar das inúmeras dificuldades, diversas ações que já estão em andamento contribuem em muito para mitigar os impactos dessa reorganização do Sistema internacional como a manutenção de boas relações diplomáticas, a maior interação entre as Forças Armadas e a Indústria de Defesa e, principalmente, a capacitação de brasileiros, civis e militares nas áreas de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos. Tais ações canalizam esforços, otimizam os recursos e constroem uma Cultura Nacional de Defesa menos dependente de modelos internacionais já empregados, consolidando assim, uma maior autonomia do Setor de Defesa brasileiro.

Faz-se necessário, além do debate acadêmico sobre a Defesa Nacional, que esse debate influencie não somente as elites, mas toda a sociedade, para que a consciência/mentalidade de defesa seja elevada ao mesmo patamar de outras políticas públicas. Assim, não deve haver hierarquização de políticas, mas sim a priorização de acordo com as necessidades políticas do momento.

A Cultura de Defesa não deve ser entendida como modelos de como agir em todas as situações, mas canalizar esforços quanto ao preparo de meios e pessoal. Logo, as Forças Armadas devem ser capazes de se contrapor às possíveis ameaças externas além de buscar a diminuição da distância entre as tecnologias desenvolvidas pelas maiores potências militares. Neste contexto, o MD tem um papel fundamental no nível político a fim de garantir os recursos necessários para as Forças Singulares e assessorar o Governo no contexto mais amplo de Segurança Nacional.

Portanto, cresce de importância a melhor coordenação das iniciativas de promoção da Cultura de Defesa a fim de canalizar os esforços e ampliar o alcance dessa política. A ampliação dos esforços do meio acadêmico e militar na capacitação de, cada vez mais,

profissionais civis para o campo de defesa é essencial para a construção dessa política. Além disso, ações da mídia e no espaço escolar, que possam atrair a sociedade para esse debate, contribuiria sobremaneira para que o brasileiro, independentemente de seu campo de atuação, percebesse a Defesa como um bem comum e uma responsabilidade de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA JR, João Paulo Soares. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 52 (2): 173-191. 2009.

ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Editora da Universidade de Brasília. 1962.

BLOOMFIELD, Alan; NOSSAL, Kim Richard. *Towards an Explicative Understanding of Strategic Culture: The Cases of Australia and Canada*. *Contemporary Security Policy*, 2007, 28:2, 286-30. Disponível em: <https://sci-hub.ru/10.1080/13523260701489859>. Acesso em: 01 jun. 2023.

CASTRO, Celso; KRAAY, Hendrik; IZECKSOHN, Vitor. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CENTENO, Miguel Angel. *Blood and debt : war and the nation-state in Latin America*. 1957.

FREEDMAN, Lawrence. *Estrategia: una historia*. Tradução José C. Vales. La Esfera de los Libros. 1994.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade. O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FREEDMAN, Lawrence. *Estrategia: una historia*. Tradução José C. Vales. La Esfera de los Libros. 1994.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HEYE, Thomas Ferdinand. Democracia, controle civil e gastos militares no Pós-Guerra Fria: uma análise realista. *Carta Internacional*. Vol.10, n. 1, jan-jun.2015 (p.105 a 134).

GRAY, Colin S. *Estratégia Moderna*. Trad. Geraldo Alves Portilho Júnior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

HOBBSBAWM, Eric J., 1917- *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-199*; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. “Choque das Civilizações?” *Revista de Política Externa*. Vol. 2. Março. (1994A)

HUNTINGTON, Samuel P. “Civilizações ou o quê? Paradigmas do mundo pós-Guerra Fria.” *Revista de Política Externa*. Vol. 2. Março. (1994B)

Leite, C. A. (2021). OS CONTORNOS EPISTEMOLÓGICOS DA CULTURA ESTRATÉGICA: : UMA ABORDAGEM COMPARATIVA. *Revista Hoplos*, 5(9), 70-91. Recuperado de <https://periodicos.uff.br/hoplos/article/view/51945>

KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. Tradução Cláudio Figueiredo. -1. ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LIMA, Maria Regina Soares de. “Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro” in: JOBIM, Nelson A., ETCHEGOYEN, Sergio W.

PAIVA, Fernando Carneiro Gomes – *A promoção da Cultura de Defesa no Brasil: 2008-2016*. Brasília. 2017.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Política: Quem manda, por que manda e como manda*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 13 Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2013.

SANTOS, Theotônio dos. “O debate sobre a dependência”. In: _____. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA et al. Desafios Brasileiros na Nova Era da Segurança e da Defesa – Tópicos Relevantes para Contribuir com o Envolvimento da Sociedade Brasileira no Debate Nacional. Apresentado no XII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, 2015.

TILLY, Charles. Coerção, Capital e Estados Europeus. São Paulo. EDUSP. 1996.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: UNB. 1999.

WEFFORT, Francisco C.. Organizador. Os clássicos da política. 14.ed. – São Paulo: Ática, 2011.

_____. _____. Política Nacional de Defesa. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=5068932&ts=1594035319440&disposition=inline>>. Acesso em 17 de julho de 2023.

_____. _____. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=5068932&ts=1594035319440&disposition=inline>>. Acesso em 17 de julho de 2023.